



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 272 - DE 25 DE NOVEMBRO A 07 DE DEZEMBRO DE 2003 - R\$ 1,50

**Governo do PT/Lula fecha novo acordo com FMI
Resultado: mais opressão social em benefício do
parasitismo financeiro e da superexploração.**

**Cadê os 10 milhões de empregos? Cadê as três
refeições diárias para os famintos? Cadê a
reforma agrária prometida aos sem-terra?**

**As organizações sindicais, populares, camponesas
e estudantis só podem ter independência real se
combaterem o governo e sua política neoliberal.**

**Congresso da Apeoesp:
Que aprove a real
independência frente
ao governo**

**Mais lições da luta
revolucionária na Bolívia**

**Encontro Operário discute
a política proletária de
combate à burocracia sindical**

**Nacional! a corrupção no Estado burguês;
a farsa do debate ao redor dos transgênicos;
a violência cresce com a miséria capitalista**

Governo do PT/Lula recua na Alca e faz acordo com o FMI

Enquanto Lula viajava pela África e fazia bravatas em relação à interferência do FMI nos países endividados, o Ministro Palocci fechava no Brasil o acordo com a diretora da organização do capital financeiro internacional. O "novo" acordo é mais uma renovação do anterior, firmado pelo governo FHC, que qualquer outra coisa. A sua essência é preservar a garantia de pagamento dos juros e serviços da dívida externa e interna (meta de superávit de 4,25% do PIB) e uma reserva a ser sacada como empréstimo pelo país no caso de variações bruscas no mercado financeiro (14 bilhões de dólares), ou seja, outra garantia aos investidores contra a possibilidade de calote sobre as aplicações de curtíssimo prazo nas bolsas de valores. A única variação é a possibilidade de aplicação de uma pequeníssima parcela da meta de superávit em saneamento, que deve voltar à fração do capital estrangeiro interessada em vender produtos e serviços vinculados ao setor.

A assinatura de um novo acordo com o FMI é coerente com o compromisso assumido por Lula durante a campanha eleitoral de manter os acordos firmados pelo governo anterior. O que comprova que o governo do PT é submisso aos organismos internacionais. Tem se empenhado (e vai continuar a fazê-lo) na garantia de sustentar o parasitismo financeiro, às custas do aumento da opressão social. A garantia de pagamento da dívida e do investimento estrangeiro significa entregar a maior parte dos recursos arrecadados como impostos aos banqueiros internacionais, em detrimento dos investimentos públicos em geral e dos serviços públicos em particular (saúde, educação, previdência etc.). O endividamento externo se tornou a maior fonte de exportação de capitais dos países

imperialistas, junto aos investimentos fictícios no mercado financeiro. Por meio deles, acentua-se o parasitismo e se preserva o atraso. Não é possível ao país o chamado "espetáculo do crescimento" prometido por Lula e Palocci diante da preservação dos compromissos de sustento do endividamento e de garantia estatal dos lucros na ciranda financeira.

O Brasil recua na Alca

A submissão do governo ao imperialismo se reflete nas negociações para implantação da Alca. O governo apresentou as novas propostas como avanço para se chegar a um entendimento. E quais são elas? 1) a preservação do protecionismo norte-americano em relação aos produtos brasileiros, em troca da não interferência nas reformas de legislação trabalhista e tributária brasileiras e na regulamentação de funcionamento de empresas; 2) a possibilidade de acordos bilaterais entre os países independentemente da Alca, o que preservaria formalmente o Mercosul.

Na prática, porém, essas propostas são amplamente favoráveis aos Estados Unidos. A preservação de seu protecionismo coloca o nível de exportação de produtos brasileiros nas mãos do governo ianque, que continuará a manobrar com a taxaço e cotas. E a não interferência direta na legislação industrial e de relações trabalhistas é uma farsa, porque o governo está empenhado na aprovação das reformas ditadas pelos organismos internacionais manipulados por Washington e as multinacionais estão impondo, com a colaboração da burocracia sindical ligada ao PT, novas relações do trabalho, com a destruição de direitos trabalhistas. Além disso, os acordos bilaterais também favorecem os EUA, por-

que a maioria dos países do continente não tem interesses expressivos em choque com os produtores ianques, e os acordos que irão firmar permitirão aos EUA utilizá-los como instrumentos de pressão sobre os países menos atrasados, como o Brasil, para que se adaptem aos interesses de controle de mercado pelos Estados Unidos. Já o Mercosul, enfraquecido pelas sucessivas crises monetárias e de produção de seus países membros, não terá força para fazer frente a qualquer outro acordo bilateral encabeçado por Washington.

A tradução da submissão

A submissão do governo do PT/Lula ao imperialismo se traduzirá em mais cortes de investimentos públicos (impulsionando as tendências recessivas na economia ligada ao mercado interno e estimulando o desemprego e arrocho salarial), em mais cortes de verbas para saúde, educação e outros serviços sociais (realizando um corte indireto dos salários e aumentando a miséria), em mais recessão (pela concorrência favorecida dos produtos estrangeiros em relação aos nacionais), em mais opressão (pela destruição de direitos).

As lutas pelas reivindicações mais sentidas das massas, como salário e emprego, e aquelas pelos direitos aos serviços sociais públicos saúde, educação, previdência), chocam-se com as pretensões do capital financeiro internacional e com a submissão do governo. Ao estimular e impulsionar essas lutas, trabalha-se pela conformação da luta antiimperialista e anticapitalista. O combate às direções comprometidas com o atual governo é parte dessa luta. A ausência de um partido revolucionário enraizado nas massas a atrasa. A situação exige e favorece a construção do partido operário revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

O que está por trás da crise dos transgênicos

A aprovação pelo parlamento, com apoio e orientação do governo do PT/Lula, da regulamentação do plantio dos transgênicos no país abriu uma crise política com o governo do Paraná e uma discussão geral ao redor da questão. A aprovação no parlamento expressou a farsa que é essa instituição da ditadura de classe burguesa: os votos foram cartas marcadas porque a soja transgênica estava plantada e colhida, aguardava nos silos a liberação para o mercado e exportação. Os fazendeiros exigiam do governo a aprovação e liberação, não sobre a base de qualquer critério científico, e sim apoiados na sua força econômica e na pressão da corrupção política e econômica sobre o parlamento. Todo o palavreado sobre os avanços científicos, a aprovação e certificação por organismos de controle norte-americanos e a necessidade de certificação de origem não passaram de pretexto: o fato é que os fazendeiros e os laboratórios produtores de sementes e insumos determinaram a necessidade de aprovação da medida. O governo e o parlamento agiram de acordo com os interesses do grande capital, como de regra.

Alguns setores da burguesia reclamaram por verem seus interesses atingidos, ou por não terem levado alguma vantagem na negociata. Os laboratórios de defensivos agrícolas e os concorrentes de produção de sementes gritaram contra os males que a soja transgênica poderia trazer ao meio ambiente. O governador do Paraná os expressou com o

bloqueio de soja transgênica a ser embarcada pelo seu Estado, e passou a exigir a certificação e o teste, que inviabilizou o embarque imediato para exportação. Estabeleceu assim um ponto de barganha com o governo federal e com a fração burguesa pró-transgênicos para negociar. Assim que se chega a um ponto comum, o debate ao redor dos transgênicos é deixado de lado.

A aplicação de tecnologia na agricultura poderia permitir um amplo desenvolvimento da produção e proteção ambiental. A pesquisa ao redor dos transgênicos poderia permitir o cultivo sem uso de defensivos químicos e adaptada a cada região e clima do planeta. Poderia reduzir efeitos negativos à saúde de alguns elementos na alimentação, o que seria benéfico no combate ao câncer, hipertensão, diabetes etc. Para isso teria, antes de ser aplicada à produção agrícola, de muitos testes e que demandam tempo e investimento. Mas a pesquisa na biotecnologia não está orientada para esses resultados, nem pode ser aplicada de acordo com esses objetivos. Ela é controlada e determinada pelos interesses dos grandes laboratórios de defensivos agrícolas e de produção de sementes e insumos. E não pode ser aplicada em larga escala à produção pelas limitações do mercado capitalista estrangulado pela superprodução e pela tendência à redução da taxa de lucro do capitalismo.

A introdução dos transgênicos à produção tem seguido então os piores cami-

nhos possíveis: ela se torna apenas em mais um instrumento de disputa pelo mercado mundial nas mãos das multinacionais. O critério para a introdução de um transgênico não é científico, mas de viabilidade econômica e controle monopolista. As críticas dos ambientalistas quanto à falta de conhecimento ao redor das consequências à saúde pública e ao ambiente resultantes do consumo de transgênicos mostram que sua introdução segue as leis dos monopólios de sementes e insumos e dos fazendeiros, e desprezam a ciência. O fundamental é que a exploração capitalista chega ao auge da destruição da natureza e do homem, o que ultrapassa a questão dos transgênicos.

A discussão que se seguiu à aprovação da medida foi impulsionada nos meios de comunicação pelos grupos burgueses em choque: chamam os afetados pela concorrência dos outros que com mais tecnologia obtêm mais lucro.

O desenvolvimento da ciência e tecnologia e mais ainda, sua aplicação em benefício da humanidade, dependem de libertá-los da manipulação pelo capital. Em outras palavras, dependem da expropriação e coletivização, que só podem acontecer pela revolução proletária. Ao colocar os meios de produção sob controle coletivo e planejar cientificamente a produção, será possível a aplicação da tecnologia em benefício da humanidade, e um desenvolvimento jamais visto, livre das travas impostas pela superprodução capitalista e pela separação da teoria e prática.

Os ataques à polícia de São Paulo

As dezenas de ataques organizados a postos de polícia em São Paulo trouxeram à tona a situação dos presídios e da violência na periferia da cidade.

A desintegração do modo de produção capitalista vai aumentando o exército de desempregados numa proporção nunca antes vista. A eliminação em larga escala de postos de trabalho se soma à destruição dos serviços sociais públicos, em particular da educação. Para toda

uma fração da juventude, não há emprego nem escola, nenhuma perspectiva. Enquanto isso, progridem bandos burgueses vinculados a negócios marginais como contrabando, narcotráfico e todo tipo de prostituição. Seu progresso é mais uma expressão da decadência do capitalismo: para uma parcela dos capitalistas, já não é mais possível ou atraente investir na produção ou no mercado financeiro, diante da lucratividade dos

negócios escusos. Além disso, há uma farta mão-de-obra disponível que, sem outra perspectiva, ingressa na criminalidade.

O crescimento da criminalidade é acompanhado de maior policiamento e repressão. Os presídios não dão conta da massa de presos, na sua maioria por pequenos delitos ligados à sobrevivência na miséria imposta pelo desemprego. Além disso, diante da voracidade do pa-

parasitismo financeiro, também as verbas para o sustento dos presos é cortada. Assim, a massa de presidiários é mantida em condições subhumanas: superlotação das celas, péssima alimentação, corrupção, contrabando e narcotráfico, prostituição, falta de assistência médica. Essas condições criam uma situação favorável à revolta e à formação das organizações criminosas. Aqueles que cometem pequenos delitos são levados a se incorporarem ao crime organizado. Em pouco tempo são formados na escola das organizações criminosas e vão servir aos burgueses chefes de quadrilhas.

Os trabalhadores e a população mais empobrecida da periferia também sofrem com essa situação. A malha de ligações das organizações criminosas se espalha e tem sua base nas regiões em que a miséria e o desemprego são mais fortes. Passam a

exercer um controle paralelo ao da opressão do Estado burguês por meio do terror. As escolas são um dos palcos da disputa entre esses bandos e a polícia.

Dentro do aparato repressivo, também se organizam bandos criminosos. Parte dos policiais, motivados pelos baixos salários e pelas vantagens oferecidas pelas organizações criminosas, integram os bandos, ou formam quadrilhas de policiais. A desintegração do capitalismo decompõe seu aparato repressivo.

Mas a crise capitalista afeta o mundo do comércio marginal. A limitação do mercado leva às disputas entre os bandos pelo controle. As lutas entre os bandos no Rio de Janeiro acabou em tiros entre bandos de criminosos e de policiais. Em São Paulo, com os ataques aos postos de polícia, as organizações exigem direitos para os presidiários e, com

isso, começam a ganhar apoio da massa de presidiários e de suas famílias.

A proliferação dessas organizações criminosas, que têm grupos capitalistas marginais por trás, é parte da barbárie imposta pela desintegração do modo de produção capitalista. A classe dominante e suas instituições não serão capazes de resolver esse problema. Ao contrário, a necessidade cada vez maior do parasitismo financeiro, o crescimento da miséria e do desemprego e a impossibilidade de um amplo desenvolvimento das forças produtivas só criarão condições mais favoráveis ao aumento da violência social. A violência revolucionária para sepultar o capitalismo é o caminho para oferecer condições de vida, trabalho e estudo para todos e varrer com o contrabando, o narcotráfico e os outros negócios escusos da burguesia marginal.

A corrupção no judiciário é parte da corrupção geral no Estado burguês

A revelação de que o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos comanda uma quadrilha de venda de sentenças a contrabandistas, doleiros etc expôs um amplo esquema de corrupção que vai da mais alta cúpula do judiciário a agentes da polícia federal.

Via de regra, as denúncias de corrupção e a realização de investigações do tipo "Operação Anaconda", abertura de CPIs, processos e prisões indicam que existe uma luta interna no aparelho do Estado. Há muito vem se falando da necessidade de um controle externo do judiciário. Esse braço do Estado alcançou poderes que condicionam as ações do Presidente da República. E a relação se dá sobre a base de interesses particulares da casta de juízes.

A Reforma da Previdência mostrou que esta casta é capaz de impor esses interesses próprios. Como o funcionamento do Estado depende do jogo de interesses de frações, grupos e lobes empresariais, os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) vivem de negociação polí-

tica. Formam-se quadrilhas de parlamentares, juízes e executivos. Uma quadrilha acobera a outra até que os choques políticos e os interesses de cada uma fazem vir à tona o que ocorre nos porões do Estado.

O impasse sobre a Reforma da Previdência e a tentativa de colocar em pauta a reforma do judiciário tem levado a conflitos em que o judiciário mostra ser um poder acima dos demais poderes. Lula chegou a se referir à necessidade de "abrir a caixa preta". Certamente, usou esse termo bem antes dos recentes acontecimentos porque já tinha conhecimento deles e provavelmente de outros que continuam nos porões. A revelação da quadrilha dos juiz João Carlos é uma moeda para se negociar a reforma do judiciário.

O Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Correa, vão desentrelavar as relações entre os poderes, bioqueadas pelo choque ocorrido na Reforma da Previdência. Uma vez aberta uma comporta da corrupção no judiciário, o governo federal tem

um trunfo para confirmar a existência da "caixa preta" e usar dela para as negociações da reforma do judiciário. O que se pretende é ajustar os poderes do Estado para que fluam os interesses dos grupos econômicos e as reformas ditadas pelo imperialismo.

Logo mais veremos que a revelação da corrupção no judiciário não passará de um jogo entre os poderes para se ajustarem e permitirem um melhor funcionamento do Estado como comitê de gerenciamento dos negócios do grande capital.

Os trabalhadores não devem se iludir com a propaganda de que se trata de uma limpeza nas quadrilhas, de moralização e ética na política burguesa. A corrupção não é pontual. Faz parte do funcionamento do próprio Estado. Somente a revolução proletária varrerá esse Estado podre e colocará em seu lugar um Estado operário. É preciso desintegrar a burguesia, expropriar seu poder econômico e destruir seu poder político para pôr fim a toda bandalheira.

Rondônia

Acirramento da luta de classe no campo em Rondônia

O número de ocupações de terra tem aumentado em todo o país no ano de 2003, após a posse do governo PT/Lula. Isso por que os rurais sem-terra apostaram na sua vitória e no cumprimento das promessas de campanha de fazer a reforma agrária.

No Estado de Rondônia, a situação não é diferente. A luta pela terra tem custado a vida de muitos camponeses, mais de trinta nos últimos quatro anos. Só em 2003 foram mais de dez assassinatos até 12 de outubro.

As áreas que têm apresentado maiores conflitos nos últimos dias diz respeito à área que se concentra os mais extensos latifúndios de grilagem. Cinco corpos foram encontrados na Fazenda Shummam em Jacinópolis, região de Nova Mamoré, que só tem acesso por Buritis.

Esses conflitos são em função do número de ocupações de terra que tem aumentado no Estado, tanto dos movimentos organizados, quanto de camponeses voluntários que não se identificam com nenhuma das organizações do Estado, como a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) ou União dos Trabalhadores Sem-Terra (UTST).

A criação da APRRO: uma versão local da UDR

Os latifundiários já criaram até uma Associação dos Proprietários Rurais de Rondônia (Aprro), que tal como a UDR tem o objetivo de defender os latifundiários. Para assegurar seus interesses tentam convencer lideranças dos trabalhadores sem-terra a participar de suas reuniões para intimidá-los quanto à ocupações de terra, buscando amaciá-los dizendo-se favoráveis à reforma agrária e dizendo dispostos a ajudar a sua implementação.

A Aprro tem como presidente Sebastião Conti Neto e como vice Ilário Bodanese, fazendeiro e empresário. Fortalecidos ain-

da mais pela associação, os latifundiários armam-se até os dentes e contratam capatazes protegidos pela força repressiva do Estado burguês. Tudo indica que o aumento de mortes no campo está relacionado com a maior organização dos proprietários rurais.

Preparar a resistência dos camponeses para enfrentar os latifundiários e a repressão do Estado

Esse ano já foram apontados seis conflitos por terra no Estado. Duas áreas foram desocupadas por pressão da força repressiva, quase sem resistência dos camponeses. Em outubro, 200 famílias de trabalhadores rurais sem-terra – MST – desocuparam por determinação judicial o acampamento da Fazenda Lígia Isabel, no município de Nova União, que foram convencidos a mudarem para uma área legalizada de acordo com o INCRA.

Os camponeses se encontram isolados. As ocupações de terra têm sido heróicas, mas o governo e os latifundiários têm respondido à bala. Daí aos assassinatos, prisões e perseguições aos camponeses pobres. A ocupação de uma terra implica a construção da auto-defesa armada, caso contrário, a Justiça, a polícia e as milícias dos fazendeiros em nome da defesa da propriedade privada expulsam com os métodos mais violentos os sem-terra. Por outro lado, a ocupação de terra pelos camponeses deve fazer parte da luta do proletariado. Uma sólida aliança de camponeses e operários poderá de fato enfrentar e resistir à violência reacionária do Estado e da classe latifundiária. O isolamento dos camponeses sem-terra facilita a ação repressiva dos capitalistas.

Em meio ao diamante, os índios Cinta-larga passam fome

Já em setembro, cerca de 80 garimpeiros bloquearam a BR 364, defendendo que o garimpo Roosevelt fosse aberto na reserva dos índios Cinta Larga. Motivados pelo desemprego e pela presença de especuladores, mil garimpeiros fecharam a via de acesso à Reserva Roosevelt, habitada pelos índios Cinta Larga.

Os garimpeiros exigem a reabertura do garimpo e denunciam que

existem empresas explorando diamantes com apoio dos índios e autorização da Funai. Dizem que os índios são homens simples e de fácil relacionamento e são influenciados pelos diretores da Funai. O fato é que 30 corpos foram encontrados na reserva.

O interesse de empresários e políticos locais os levaram a abrir uma pista de pouso dentro da floresta da

reserva. Isso ocorre porque se trata da maior reserva de diamantes do Brasil. Os capitalistas nacionais e estrangeiros saqueiam nossas reservas minerais, exploram os garimpeiros e matam de fome os índios.

A bandeira da autodeterminação das nações indígenas e a luta pelo fim do sistema capitalista de produção devem fazer parte do movimento em defesa dos índios Cinta Larga.

Manifesto ao Congresso da Apeoesp:

Real Independência dos sindicatos e da CUT frente ao governo PT/Lula

Este Congresso tem como tarefa principal definir a posição da Apeoesp diante do governo PT/Lula. Isso porque a diretoria da Apeoesp está comprometida com o programa do PT e a sua concretização por meio do governo federal.

Se nos Congressos anteriores, a Apeoesp compareceu como um entidade opo- sitora ao governo, mesmo que na prática acabou por assimilar as pressões do poder do Estado e se mostrou colaboracionista, agora é situacionista. De formalmente opo- sitora, a direção petista da Apeoesp é agora governista.

As posições majoritárias dos Congres- sos expressaram as teses desse oposicionis- mo colaboracionista e a estratégia de um novo governo reformista, tendo o PT como seu pilar. Embora nem sempre a direção majoritária deixasse claro a subordinação da Apeoesp ao PT, mascarando essa rela- ção com o palavreado de autonomia sindi- cal, o fato é que sempre serviu de correia de transmissão da política petista entre os tra- balhadores da educação. Tanto é que, nes- sa última eleição presidencial, a Apeoesp entrou de corpo e alma na campanha para obter a vitória do PT/Lula. É, portanto, responsável por esse governo. Essa res- ponsabilidade se estende à sustentação do governo eleito. A direção da Apeoesp está comprometida com a governabilidade. Essa relação tem de ser bem definida nesse Congresso.

A tese de que a Apeoesp deve apoiar o governo Lula e, ao mesmo tempo, manter a sua independência é contraditória. Tra- ta-se de uma falsificação política. Essa tra- paça não pode ser admitida pelo Congresso. A idéia de que a Apeoesp é “parceira do governo” e que sustentará a “in- dependência e a autonomia sindical” obscure- ce a caracterização do conteúdo de classe do governo PT/Lula e o conteúdo de clas- se de uma política que garanta a indepen- dência e autonomia dos sindicatos.

O que significa não ser “um governo de ruptura institucional”? O institucional refe- re-se ao poder do Estado. E qual o conteú- do de classe do Estado brasileiro? Trata-se do Estado capitalista, portanto do exercício do domínio da classe minoritária explora- dora sobre a maioria explorada. Ao não se romper esse domínio, o governo PT/Lula assume a política e a administração capita- lista.

O que quer dizer: “O governo Lula não é um governo revolucionário”? Quer dizer que manterá o poder político dos exploradores,

usará o Estado para sustentar o regime econômico de exploração do trabalho e, para isso, agirá contra a luta de classe.

Fará uma “verdadeira revolução política, econômica e social”? A resposta positiva – como afirma a tese da direção majoritária – falsifica a realidade. Uma revolução políti- ca depende da revolução social, e vice-ver- sa. O que implica historicamente mudar o conteúdo de classe do poder do Estado e expropriar o poder econômico da classe burguesa que comanda o poder do Estado. A manutenção do poder do Estado corres- ponde ao domínio econômico e social do grande capital nacional e internacional. Governar de acordo com as leis de funcio- namento do capitalismo é colocar-se a ser- viço dos monopólios, dos latifúndios e do capital financeiro. A revolução política constituiria uma derrota e desintegração da burguesia monopolista e das frações da oligarquia latifundiária e financeira. O go- verno PT/Lula não encabeçará nenhuma revolução, porque não nasceu da insurrei- ção dos explorados e porque nasceu sim das relações de poder capitalista.

É um governo de “permanente disputa”? Como a tese da Articulação faz jogo retóri- co, inventou a história de que o governo do PT não é um governo de classe definido. Assim, estaria sujeito às pressões de todas as classes, podendo tanto servir aos explo- radores quanto aos explorados. Qualquer que seja o governo, dependendo do desen- volvimento da luta de classes e do funcio- namento formal da democracia burguesa, está sujeito às pressões de todas as classes, inclusive da burguesia imperialista. Tra- ta-se dos choques sociais, motivados em última instância pelas relações econômi- cas, que se manifestam frente ao Estado e ao governo de plantão. Isso vale tanto para o governo FHC quanto para o governo Lula.

O fundamental está em que a classe operária, camponeses e a classe média ur- bana, que constituem a maioria nacional oprimida, não tem como mudar o caráter de classe de tais governos. Uma vez diri- gindo o Estado capitalista, o governo cons- titui um comitê gerencial dos interesses gerais da classe dominante. Administra o dia-a-dia dos conflitos das frações capa- listas e procura evitar de todos os modos que os explorados se revoltam contra os exploradores. Podem notar que o governo Lula está cumprindo exemplarmente essa lei de funcionamento da sociedade capita- lista.

Mas a tese da Articulação quer dar a entender que há um diferencial nesse go- verno. Está constituído por “forças políticas que se aliaram em torno de um programa de mudanças políticas e sociais”, que vai “da esquerda revolucionária até representantes do grande capital”. Com isso pretende nos fa- zer crer que se trata de um governo que po- derá realizar grandes transformações econômicas e sociais, sem alterar o regime político. Que governo manteria o regime político e realizaria “um novo projeto de desenvolvimento nacional, marcado pela geração e distribuição de renda, o aprofundamento da democracia, justiça e inclusão social”? Seria um governo burguês reformista. Ocorre que o PT/Lula definiu seu governo logo de início como de continuísmo das reformas neoliberais, portanto não de reformas po- pulares, mas sim de proteção ao capital fi- nanceiro internacional. Mas a tese da Articulação tenta justificar essa política do grande capital, assumida pelo PT, como uma contingência transitória. Uma vez su- perada a “crise iminente”, o governo levaria o país à “estabilidade” e passaria a medidas de “crescimento sustentável”. Estamos dian- te de um velho raciocínio, com uma nova roupagem. Quem não se lembra da frase do ministro da ditadura militar Delfim Neto de que era preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo?

A tese da Articulação leva o Congresso da Apeoesp a sustentar a posição de que a CUT e os sindicatos devem apoiar a “tran- sição dolorosa”. E isso vem sendo feito. As reformas neoliberais, o salário mínimo de fome e os acordos de flexibilização do tra- balho têm sido sustentados, direta ou indi- retamente, pelo PT e seu braço sindical. Nessa “transição dolorosa”, que se lasquem os sem-terra, os aposentados, os que vivem com o salário mínimo, os desempregados etc. Nem é preciso nos alongar sobre a polí- tica pró-imperialista em relação à Alca e à guerra dos Estados Unidos contra o Ira- que, a posição passiva diante do Plano Co- lômbia, o intervencionismo pró-burguês e pró-ianque na Bolívia e a condenação da luta antiimperialista na América Latina.

A direção da Apeoesp está compromi- tida com a “transição dolorosa”. E aqueles que acreditarem que depois dela virá a bo- nança, devem esperar sentados. Logo mais os petistas dirão que quatro anos é muito pouco para pôr em ordem o país. A “tran- sição dolorosa” será tão longa quanto a vida desse governo. Vemos que a tese do PT/Articulação leva o Congresso a manter

a Apeesp como caixa de ressonância da política do grande capital assumida pelo governo Lula.

Há um agravante. O governo do PT tem se apoiado em negociações com os governadores do PSDB, PFL, PMDB e outros. Isso porque depende das oligarquias que controlam o poder real. As frações oligárquicas constituem o regime político e dominam o Estado (governos, parlamento, judiciários, forças armadas). O governo do PT se assenta sobre elas. Ao depender dessa relação, estabelece acordos contra os trabalhadores. É o que se passa com a política da direção da Apeesp frente ao governo Alckmin.

Que posição deve tomar o Congresso?

O ponto de partida é rejeitar a tese da Articulação de apoio ao governo PT/Lula. Aprovar a resolução de nenhum apoio ao governo. Rejeitar e derrubar sua

política de reformas neoliberais. Denunciar o continuísmo da linha pró-imperialista de FHC, condenar os acordos com o FMI, rechaçar as negociações em torno da Alca, combater a reforma privatista do ensino do Banco Mundial, não aceitar os cortes dos recursos sociais. Exigir que o governo PT/Lula cumpra imediatamente sua promessa de 10 milhões de empregos, três refeições ao dia aos explorados e a reforma agrária. O Congresso deve reivindicar que se quebre imediatamente o arrocho salarial imposto aos funcionários públicos, repondo todas as perdas. E que se corrija o salário mínimo de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora, calculado pelas assembleias sindicais. Exigir que o governo brasileiro condene a invasão imperialista do Afeganistão e Iraque, e que os Estados Unidos e seus aliados retirem as tropas incondicio-

nalmente. Cabe ao Congresso aprovar uma resolução de total independência da CUT e de todas as organizações sindicais e populares frente ao Estado e ao governo. Organizar uma oposição revolucionária, que coloque a constituição da aliança operária e camponesa, a frente única antiimperialista e que tenha por método a ação direta das massas e a sua organização coletiva em assembleias populares, sindicais e comitês.

O Congresso não pode se furtar à caracterização de que o governo, por mais reformista que seja, não deixa de exercer a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. E contrapor a essa ditadura de classe a luta pelo poder do Estado com a estratégia programática do governo operário e camponês. Ou seja, do governo que expressa a revolução social e a ditadura do proletariado.

Congresso Nacional da Ubes

A Corrente Proletária Estudantil atuou nas etapas regionais do Congresso Nacional da Ubes defendendo:

Quanto à Conjuntura Internacional:

- Defesa da autodeterminação dos povos.
- Combater a opressão imperialista.
- Contra as guerras imperialistas;
- Pela expulsão da coalizão militar dos EUA do Iraque.
- Enfrentar o intervencionismo econômico e bélico do imperialismo.
- Não aceitar nenhum tipo de intervencionismo da ONU sobre povos e nações oprimidas.
- Total independência e soberania para os países resolverem seus próprios problemas.
- Constituir a frente única antiimperialista, sob o programa e direção do proletariado. A ruptura com o imperialismo e o não pagamento da dívida externa são pontos fundamentais.
- Apoio à luta revolucionária na Bolívia, exigência de atendimento das reivindicações operárias, populares, camponesas e estudantis.
- Pela autodeterminação dos povos (o que inclui o direito de se armar);
- Ao lado aos países oprimidos contra os países opressores.

Nacional:

- Não ao apoio ao governo Lula e sua política continuísta, nada de submeter o movimento estudantil ao governo;
- Não ao pacto social;
- Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto;

- Não às reformas neoliberais do governo.
- Derrubar as reformas neoliberais do governo do PT/Lula;
- Que o governo Lula rompa imediatamente com a Alca;
- Que cesse imediatamente o pagamento da dívida externa;
- Pela reestatização das empresas privatizadas, sob controle operário;
- Que o governo atenda as reivindicações dos explorados, de emprego e terra aos camponeses. Que as organizações sindicais e populares formem comitês, convoquem manifestações de rua por essas bandeiras.

Quanto à educação:

- Direito ao trabalho e ao ensino para todos os estudantes: jornada de trabalho de 4 horas e o restante na escola.
- Fim da repressão aos estudantes. Fora a PM das escolas. Direito de manifestação e expressão.
- Pelo fim do Enem. Que a Ubes não participe de sua elaboração.
- Real Autonomia da escola: o Estado só financia, não tem nenhuma ingerência, e as decisões são tomadas pela comunidade (professores, estudantes, funcionários e pais);
- Livre acesso para todos. Fim dos vestibulares. Fim do ensino privado. Estatização da rede particular sob controle da comunidade e sem indenização. Nenhum dinheiro público para as escolas privadas.
- Contra as cotas. Ensino público, gratuito para TODOS, laico e vinculado à produção social, única forma de unir a teoria e a prá-

tica, separadas pelo sistema capitalista.

- Eleição direta e universal de todos os cargos na escola, com revogabilidade de mandato e submetidos à assembleia geral de professores e estudantes;

Quanto à educação e o Movimento Estudantil:

- Ubes independente do governo, de luta pelas reivindicações estudantis e contra as reformas neoliberais do governo PT/Lula;
- Eleição da direção nos congressos, unir a deliberação de propostas com a escolha de quem vai colocá-las em prática; nenhum filtro, eleição de delegados nas bases; quórum de acordo com estatutos de cada entidade; eleição de delegados proporcional ao número de votantes;
- Não às carteirinhas. Meia entrada para todos os estudantes e toda a juventude. Passe livre. Nenhuma ingerência governamental sobre a Ubes.
- Defesa do emprego a todos. Contra a flexibilização (destruição) da legislação trabalhista.
- Apoio da Ubes aos movimentos sociais: operário, camponês e popular. Programa proletário para a Ubes. Apoio ativo às ocupações de terra, às greves operárias e às manifestações populares.
- Organização do movimento estudantil sob o método, a tática e a estratégia da classe operária. Desenvolver o método da ação direta, aplicar a tática da independência em relação ao Estado, aos partidos da burguesia e demais instituições da ordem capitalista e desenvolver a estratégia da revolução socialista.

O XIX Congresso da Apeoesp:

Unidade das esquerdas contra a política da Articulação de apoio ao governo

O XIX Congresso aprovou a política do PT para o movimento dos professores. Trata-se da submissão do sindicato à governabilidade do PT/Lula. Portanto, a colaboração para que o governo possa dar continuidade às reformas exigidas pelo FMI.

A tese aprovada, da Articulação Sindical, contou com os votos do PCdoB (Corrente Sindical Classista) e da Artnova. O PCdoB há anos está submetido à política da Articulação. A Artnova é uma fração da Articulação, surgida por interesses e disputas aparelhadas nos sindicatos, no fundo defende as mesmas posições do reformismo. Para alcançar a maioria dos delegados no Congresso, a Articulação dependeu dessa aliança. Formou-se um bloco coeso contra todas as propostas que eram apresentadas pelos setores de oposição. Nenhuma proposta das teses oposicionista foi aprovada. Diferentemente do congresso anterior, no qual se aprovou a proporcionalidade com corte para a composição da diretoria da Apeoesp, contrária à posição da Articulação, em que a Artnova votou juntamente com a oposição porque precisava dessa modificação estatutária para chegar à direção, nesse Congresso compareceu emblocada à Articulação. Os remendos à tese-guia, feitos pela Artnova foram aceitos.

Polarização política

Um ponto polarizou a discussão no Congresso: a independência do sindicato frente ao governo PT/Lula. De um lado, a frente em torno da

tese-guia e, de outro, todos os setores oposicionistas, PSTU, setores mais à esquerda do PT, independentes e o POR.

As denúncias de colaboração dos sindicatos com a aprovação da Reforma da Previdência, com a quebra da greve dos servidores públicos, com os acordos de flexibilização assinados pelos sindicatos cutistas – exigência dos monopólios –, com o crescimento do desemprego, com a imposição do salário mínimo de R\$ 240,00, com o crescimento do desemprego e com o não cumprimento das promessas eleitorais do PT foram o centro das discussões nos grupos e nas plenárias.

A Articulação/PT saiu na defesa do governo, com ao argumento de que se trata de uma etapa de “transição dolorosa” para, em seguida, conseguir realizar seu programa de governo. Evidenciou que os quatro anos serão insuficientes e que é necessário reelegê-lo para que possa cumprir esse programa. Jogou com o terrorismo falacioso de que o fracasso do governo Lula será o fracasso dos trabalhadores. A derrota do governo Lula significaria a vitória da burguesia.

Essas armadilhas de responsabilizar o fracasso de governos reformistas, submetidos ao capital imperialista, faz parte da política de velho peleguismo. No fundo, é a justificativa para colaborar com tais governos e arrefecer a luta de classes.

As votações indicaram a total polarização, de um lado a posição de defesa do governo Lula e, de outro, a posição de nenhum apoio a esse governo e luta contra suas medidas.

As principais resoluções aprovadas

1. “A CUT é inegável parceira do governo, tendo em vista sua participação na campanha eleitoral e os compromissos assumidos por Lula”;

2. “A CUT participa dos fóruns governamentais”;

3. “A CUT e seus sindicatos devem se inserir fortemente na disputa de rumos da sociedade – e nesse sentido, incidir sobre os rumos do governo”;

4. “Os sindicatos – na nova conjuntura – devem aprofundar sua capacidade de formular propostas. O que exige criatividade e participação”;

5. “A autonomia deve ser o eixo orientador da ação da CUT frente à gestão Lula, dando apoio aquelas políticas e medidas que respondam aos interesses históricos dos trabalhadores. Ser crítica e propositiva diante das ações do governo que estejam em contradição com tais interesses”.

Esta aí por que dizemos que a CUT e os sindicatos não defenderão as reivindicações vitais, que são o emprego, o salário e as conquistas sociais. Defender as reivindicações implica organizar a classe operária, os camponeses e os funcionários públicos para arrancar do governo PT/Lula e derrotar sua política pró-imperialista e antipopular. Significa organizar a luta direta e coletiva. As resoluções aprovadas são o testemunho da submissão da Central e os sindicatos ao governo. E a substituição da luta direta pela pressão parlamentar. Esse é o campo da derrota dos explorados.

Apoio com remendos à política educacional do governo

Eis as principais resoluções:

1. "Construção do Sistema Nacional de Educação. Democratização dos espaços que produzem a política educacional do país". "Uma educação includente com qualidade social".
2. "Elevação de recursos para 7% do PIB".
3. "Em oposição à municipalização, organização do Sistema Único e Público da Educação Básica (Fundeb)".

A maioria do Congresso votou pela manutenção da Reforma educacional, que se assenta na privatização da educação. Ao não rechaçá-la na sua totalidade, acabou-se por defender os pilares dessa reforma, que são a LDB – que legitima a ofensiva privatizante - e a Lei de Responsabilidade Fiscal - que impõe o arrocho salarial aos educadores.

A demagogia de uma educação "includente" e de "qualidade" se choca com a defesa da manutenção da sociedade de classe e do sistema de exploração do trabalho. Na verdade, as resoluções servem unicamente de maquiagem para que o governo PT/Lula continue com a reforma educacional do Banco Mundial. Não por acaso, a posição majoritária rejeitou a defesa de um único sistema de ensino estatal, o fim da rede privada, dos vestibulares e de todas as formas de avaliação institucional. Foi incapaz de se colocar pelo acesso livre aos filhos dos trabalhadores em todos os níveis de ensino. Ao contrário, se posicionou pela cotas de negros às universidades públicas. Também não se opôs às medidas educacionais do governo Alckmin, da bolsa-escola, família da

escola, teia do saber e outros engodos.

Defesa da Corrente Proletária

A Corrente Proletária participou do Congresso defendendo a tese 2 que tem como essência a independência da CUT e dos sindicatos do governo PT/Lula. Caracterizou o governo Lula como um governo burguês, que cumpre as determinações dos credores internacionais. Mostrou que sua natureza de classe o coloca contra os explorados e a favor das oligarquias e da burguesia imperialista. Evidenciou que os compromissos assumidos de pagamento da dívida externa e cumprimento das metas estipuladas pelo FMI o impede de cumprir sequer com as promessas eleitorais de 10 milhões de emprego, reduzir a fome e realizar a reforma agrária. Defendeu um único sistema de ensino estatal, laico e vinculado à produção social; Levantou a bandeira de emprego a todos os jovens e acesso livre à educação (4 horas na produção e o restante na escola). Enfatizou que as reivindicações dos trabalhadores terão de ser conquistadas por meio da luta direta e de massa. E que através da luta conseqüente pelas reivindicações elementares, combinando-as com a luta pela expulsão do imperialismo e combate ao saque das potências, é que se poderá avançar para a derrubada do capitalismo e implantação do socialismo. Na fase atual do capitalismo – imperialista – não há possibilidade de reformas que atendam aos interesses dos oprimidos. Isso porque se trata do momento de desagregação do sistema, por isso a tendência é de aumento da opressão social e nacional.

O Manifesto do POR ao Congresso, publicado nesse jornal, que tem

como eixo a real independência dos organismos dos trabalhadores diante do governo PT/Lula, serviu de instrumento de combate à burocracia e de formação de uma frente de esquerda contra a posição de apoio ao governo.

Unidade circunstancial das esquerdas

É preciso ter claro que as teses das várias correntes de esquerda que se uniram contra as posições colaboracionistas e direitistas da Articulação são distintas e que o processo de eleição dos delegados não configurou uma unidade perante as bases.

No bloco de esquerda, formado circunstancialmente no interior do Congresso, participaram tendências vinculadas ao PT e o PSTU, que tem responsabilidade no apoio eleitoral a Lula. Ocorre que as reformas do governo PT/Lula são descaradamente pró-imperialistas e de ataque a vida das massas, e as correntes de esquerda centristas não podem hipotecar sequer o apoio crítico e se vêem empurradas para o oposicionismo.

O bloco de esquerda teve a vantagem de permitir que resoluções de oposição revolucionária ao governo PT/Lula obtivessem o quorum nos grupos e pudessem ser defendidas em plenárias. Ao mesmo tempo, obscureceu as divergências estratégicas, que justificam as diferentes teses.

Acontecimentos como esse só vem a confirmar a necessidade de constituir uma poderosa fração revolucionária no seio dos trabalhadores da educação. Só assim poderá combater, com a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, a estratégia de defesa do capitalismo dos reformistas e, conseqüentemente sua política pró-imperialista.

Manifesto da Corrente Proletária Secundarista ao Congresso da UBES

Nosso Congresso deve ter por objetivo central unir os estudantes e o conjunto da juventude ao movimento operário, camponês e popular. Para isso, tem de aprovar um programa de luta e se colocar pelo método do combate de massa.

A situação exige que todos os oprimidos se unam num só movimento contra a exploração do trabalho, desemprego, destruição da escola pública e contra a política econômica do governo, que atende os interesses dos banqueiros, grandes empresários e latifundiários. Um Congresso de luta é aquele que organiza a juventude para enfrentar a classe capitalista e seu governo.

Por um Congresso democrático

Um Congresso que aprove resoluções de combate à exploração e toda forma de opressão tem de expressar a democracia coletiva e rejeitar os métodos burocráticos e autoritários.

A democracia coletiva é aquela que permite a divergência entre as correntes que atuam no movimento, que discute o necessário para organizar a ação política e que garanta a aplicação das decisões. Temos de defender o Congresso democrático porque a tirada de delegados e a maior parte dos Congressos estaduais foram manipulados pela direção para que a oposição não compareça com sua real força.

A representação de delegados no Congresso da UBES já está deformada e viciada como cartas marcadas devido ao processo de controle burocrático exercido pelas forças que dirigem o movimento secundarista.

Está aí porque será preciso travar uma dura luta em defesa da democracia coletiva.

Por um Congresso independente

Para que o Congresso da UBES seja independente terá de rejeitar a posição da direção que defende o governo PT/Lula. A autonomia de que fala o PCdoB e o PT é falsa. Eles conduziram as entidades estudantis a participarem do Estado burguês e a colaborar com o governo, que se definiu em favor dos grandes capitalistas e que aplica as reformas do FMI.

Um Congresso independente terá de fazer oposição revolucionária ao governo que se entregou aos capitalistas nacionais e internacionais.

Deve aprovar uma resolução que condene a colaboração das direções estudantis com os organismos do governo, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. E exigir o fim imediato da participação em todos os organismos do Estado, que usam a direção estudantil como correia de transmissão da política burguesa.

Defesa do trabalho e da educação

A maior parte da juventude é constituída de filhos de trabalhadores, seja de operários, camponeses ou de classe média urbana. Por isso, padece ou de uma jornada de trabalho violenta ou do desemprego. A maioria passa dificuldade, sendo que uma parcela chega a não ter o que comer. Essa situação atinge os estudos.

Não é possível aprender estando submetidos a uma jornada de traba-

lho de oito horas ou mais, recebendo um salário minguado, ou então estando desempregado. A escola tem perdido qualquer função para a juventude devido à falta de perspectiva no trabalho ou à escravidão, que sacrifica a capacidade física e mental do jovem.

O Congresso deve aprovar a resolução de que nenhum jovem esteja desempregado, que trabalhe não mais do que quatro horas, que seu salário esteja e acordo com suas necessidades e que o restante do tempo seja utilizado para os estudos e lazer.

Por uma escola científica

A escola que temos é decorativa e repetitiva. O ensino está desvinculado da prática. Não há ligação entre a escola e a produção social (trabalho coletivo).

A escola no capitalismo não permite o desenvolvimento integral das capacidades e se contrapõe à função do conhecimento como meio de transformação da realidade através da prática revolucionária (ação coletiva). Ela serve para adestrar a juventude, individualizada e torná-la servil aos interesses econômicos e políticos da classe exploradora. Não é por acaso que aumenta a pressão para que o ensino religioso ganhe força como instrumento de dominação nas escolas.

É necessário que o Congresso defenda: a escola científica, vinculação da teoria com a prática e fim imediato do ensino religioso.

Pela defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito e laico

Não se pode defender a escola

pública sem se defender o fim de toda escola particular. Aqueles que defendem o sistema misto, público e privado, estão de acordo com a privatização e mercantilização da educação.

Também é preciso rejeitar as escolas privadas religiosas que se vestem com a máscara de comunitárias, sem fins lucrativos. Estas escolas exploram a educação com mensalidades e são de propriedades das ordens religiosas.

O ensino verdadeiro não pode estar sob o controle de nenhuma instituição. Deve estar sob o controle dos trabalhadores e dos estudantes. O Estado só deve ter a função de manter financeiramente o sistema escolar.

Sem o controle da população trabalhadora sobre a escola, esta não poderá se ligar à produção social e servir de progresso coletivo.

O Congresso da UBES deve aprovar a resolução de defesa do sistema único estatal, público, gratuito e laico. Estatização imediata das escolas particulares, sem nenhuma indenização.

Acesso à educação em todos os níveis

A burguesia diz que é dever do Estado assegurar apenas o ensino fundamental. O ensino médio e o universitário já não são de sua responsabilidade. O que quer dizer que só pode continuar os estudos aqueles que conseguem pagar as mensalidades. A maioria fica portanto de excluída. É escandaloso o direito ao estudo universitário a uma ultra minoria. Trata-se da divisão de classe.

O Congresso deve rejeitar essa odiosa diferenciação capitalista e defender o acesso de todos a todos os níveis da educação. Isso significa se colocar pelo sistema único, público e

gratuito, fim dos vestibulares e de todas as barreiras econômicas e sociais.

Por grêmios livre e independentes

As escolas são controladas pelo Estado, que usam diretores, professores e a polícia para reprimir o movimento estudantil. Não temos liberdade de criação dos grêmios. Estes estão regidos pela legislação governamental e disciplinados pelo poder autoritários das direções escolares. Não há direito de assembleias e atividades políticas no interior das unidades escolares. Ultimamente tem se agravado a repressão com a presença da polícia nas escolas.

O Congresso deve aprovar a defesa de grêmios livres e independentes, que não mais se respeite a legislação repressiva do Estado e o controle das entidades estudantes por autoridades escolares. É exigir o fim do policiamento e militarização das escolas.

Organizar a luta antiimperialista

O movimento estudantil deve se colocar na posição revolucionária antiimperialista. Não significa defender o nacionalismo burguês, como faz a direção da UBES e UNE. O objetivo é organizar o movimento de massa contra o intervencionismo econômico, político e militar das potências sobre os países semicoloniais e combater o saque. A dívida externa é uma das maiores fontes de opressão nacional.

O Congresso deve se colocar contra todas as medidas de pagamento da dívida externa, de acordos com o FMI. Não à Alca. Não ao Plano Colômbia. É parte da luta antiimperialista redigir a reforma da educação

imposta pelo Banco Mundial.

O Congresso deve se colocar pela constituição de uma frente única antiimperialista, dirigida pela classe operária e sobre um programa de independência nacional, direito de autodeterminação dos povos e fim do intervencionismo bélico das potências. Uma frente única antiimperialista que tenha por estratégia derrubar o poder da burguesia pela revolução proletária e constituir um governo operário e camponês.

Por uma sociedade sem exploradores e explorados

A defesa das condições de vida dos trabalhadores e as reivindicações antiimperialistas e agrárias de terra aos camponeses devem estar ligadas ao objetivo histórico de destruir o capitalismo pela revolução socialista.

A classe operária é a classe capaz de unir todos os explorados e a juventude para expulsar a burguesia do poder, expropriar os capitais e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

Os estudantes devem se colocar pelo fim da exploração do trabalho e lutar pela sociedade em que não haja exploradores e explorados.

A luta pelo socialismo implica construir o partido operário revolucionário, que deve fazer parte do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A nossa luta contra o capitalismo em nosso continente exige defender a bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina.

A Corrente Proletária Secundarista chama os estudantes e toda a juventude a defender o programa de luta e a trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário.

O POR realizou mais um Encontro Operário. Reproduzimos abaixo as suas resoluções:

Luta pela independência dos sindicatos e pela democracia operária

1. O movimento sindical brasileiro está sob o controle de duas organizações: da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores. Essa divisão resultou da reconstrução do sindicalismo a partir do final dos anos 70 e início de 80. Datas que marcam a retomada grevista da classe operária, com a mobilização dos metalúrgicos do ABC.

2. A CUT expressou, em sua criação, a necessidade dos trabalhadores terem um organismo de centralização nacional, que tinha sido totalmente desmantelado com o ciclo da ditadura militar. O período de recuperação dos sindicatos do intervencionismo do Estado ocorreu numa situação de retomada da luta grevista pela quebra da política de arrocho salarial e pelos direitos democráticos de pleno funcionamento dos sindicatos. Junto às reivindicações econômicas, compareciam exigências de "autonomia dos sindicatos", "direito de greve", "fim da ditadura militar" e "eleições diretas".

3. Setores da classe média e da própria burguesia já vinham se posicionando pelo afastamento do regime militar e sua substituição pelo regime democrático burguês. A bandeira de eleições diretas foi patrocinada por esses setores, que serviam de base de apoio à oposição burguesa. Constituiu-se um caminho de solução política contrária a derrubada revolucionária da ditadura pelo proletariado.

4. A reconstrução das direções sindicais se deu no bojo de dois movimentos. O movimento grevista impulsionado pela classe operária e o movimento democrático burguês de reconstrução das instituições da democracia (eleição do Presidente da República e reorganização partidária sob a base do Parlamento e do método eleitoral).

5. O aumento da capacidade grevista minou a capacidade repressiva da ditadura militar. O confronto dos me-

talúrgicos do ABC com as multinacionais e sua insubordinação perante o governo dos generais favoreceu, logo mais, a constituição do movimento democratizante burguês e pequeno-burguês pelas eleições diretas e pela Assembléia Nacional Constituinte. As novas direções surgidas no interior das greves confluíram para o movimento democratizante.

6. No processo grevista e no democratizante, os sindicatos foram sendo recuperados, formaram-se o PT e a CUT. O velho peleguismo e o estalinismo (PCdoB e PCB) se opuseram à formação tanto do PT quanto da CUT. É dessa cisão que finalmente se constituiu a Força Sindical (1991), sendo que o estalinismo rompeu, um ano antes, com essa ala, bandeando-se para a CUT e tornando-se aliado da social-democracia petista. A Força Sindical resultou do sindicalismo adaptado à ditadura militar, mantendo-se subordinado aos partidos oficiais e governistas.

7. A CUT acabou por se edificar como braço sindical do PT. A maior parte das correntes de esquerda foi se submetendo à estratégia democratizante e eleitoralista desse partido. Historicamente, a direção sindical que se constituiu em oposição à ditadura militar assumiu as posições da democracia burguesa.

8. A estratégia do PT desde a sua origem foi a de democratizar o Estado capitalista. Tarefa essa colocada em oposição ao regime da ditadura militar, mas compatível com a manutenção do sistema de exploração do trabalho. Esse objetivo passou cada vez mais a influenciar a política da direção do movimento operário e sindical em geral. Ou seja, definindo com maior clareza a política de colaboração de classe em oposição à política proletária de luta de classe.

9. A colaboração de classe transforma os sindicatos em instrumento da ex-

ploração do trabalho e de manutenção do Estado capitalista. Quanto mais se amplia a colaboração da direção sindical com a classe capitalista e seu Estado, mais os sindicatos são afastados do controle das bases operárias, mais se burocratizam e mais se tornam antidemocráticos. A CUT e seus sindicatos sofrerão gradual burocratização, refletindo a aproximação cada vez maior do PT ao poder do Estado e a frações capitalistas.

10. O enfraquecimento da ditadura militar e sua transição para o regime democrático-burguês se deu sob a condução das mesmas forças partidárias que compunham o regime autoritário. Esse processo foi apoiado pelo imperialismo norte-americano. Ocorre que o Brasil é um país de economia semicolonial. A crise econômico-financeira mundial o atingiu e tornou a ditadura militar um regime político inflexível para administrar os conflitos de classe e os choques internos à própria burguesia.

11. Novas medidas deveriam ser tomadas. Essas mexeriam com os mais variados interesses da classe capitalista e sobretudo seriam descarregadas sobre os assalariados e demais oprimidos. A burguesia e o imperialismo se viram obrigados a modificar o seu regime político e atuarem no sentido de incorporar as organizações sindicais usando, de um lado, a cooptação democrática e, de outro, as ações repressivas. O predomínio da política de colaboração de classe nas organizações sindicais é uma imposição da burguesia e seu Estado.

12. O movimento operário que se manifestou sob a ditadura militar não obedecia os ditames do Estado. E assinalou a tarefa de independizar os sindicatos e transformá-los em instrumentos da democracia operária. Ou seja, instrumentos de livre manifestação, de decisão coletiva, de unidade dos explorados e de combate pelo

método da ação direta. Para se avançar nesse processo de organização independente e de luta de classe, era necessário que o proletariado constituísse uma direção classista, não-colaboracionista, revolucionária.

13. A idéia de se formar um partido dos trabalhadores, baseado nos sindicatos em luta e que desse expressão política ao proletariado em oposição aos partidos da burguesia, compareceu como um caminho possível de independência de classe. Mas logo se mostrou inviável porque seu núcleo dirigente assumiu posições democrático-burguesas e se mostrou propenso a política de colaboração de classe.

14. O movimento de fortalecimento do PT junto à burguesia e ao seu Estado o levou a se subordinar à social-democracia internacional, que constitui uma fração da política da burguesia imperialista, principalmente a da social-democracia européia. Ficou claro que um partido de base trabalhadora e que pratique a colaboração de classe está obrigado a assimilar posições antinacionais e antipopulares.

15. Para o PT ser aceito pela burguesia como um partido da ordem, teve de demonstrar fidelidade à propriedade privada dos meios de produção, respeito ao Estado e disposição de conciliar os interesses dos exploradores. Fez experiência como partido de oposição burguesa, que como tal se responsabiliza pela estabilidade do governo de plantão. Fez parte desse percurso a orientação da CUT e seus sindicatos no sentido de ajudar o patronato a aplicar medidas contrárias aos explorados.

16. O sindicalismo cutista foi sendo mais e mais domesticado pelas multinacionais. As medidas de flexibilização do trabalho foram negociadas em detrimento dos trabalhadores, que sofreram e sofrem demissões em massa, quebra de direitos trabalhistas e perdas salariais. Ao contrário de obter novas conquistas por meio da luta unitária, os trabalhadores padeceram de retrocessos.

17. A política de negociação sem luta, de aceitação do desemprego como inevitável, de acordos malditos e de assimilação do terrorismo patronal passou a ser predominante. A buro-

cracia vem atuando com todos os meios materiais e políticos dos sindicatos para convencer à classe operária de que é melhor ceder parte das exigências dos patrões. E os patrões, sabendo dessa posição, exigem acima do esperado para obter o desejado.

18. A chegada do PT ao poder contou com o trabalho de colaboração da burocracia sindical. A burguesia foi convencida de que o novo sindicalismo despontado nas greves do ABC, no início de 80, estava disciplinado ao funcionamento do capitalismo. E que vinha dando provas de ajudar a classe capitalista a impor sua política econômica antinacional e antipopular.

19. O PT no poder, com Lula presidente, colocou ao sindicalismo cutista o problema da governabilidade sob novas condições. Não mais se tratava de colaborar fazendo oposição democrático-burguesa, mas de usar a colaboração de classe como sustentação e defesa do governo petista. Assim, o sindicalismo entrou na fase de aberta integração ao Estado burguês.

20. O governo PT/Lula aceitou as exigências dos credores internacionais e manteve o país sob a influência da política internacional dos Estados Unidos. Nem mesmo a demagogia de paz, levantada frente à ocupação do Iraque, mascarou a submissão do governo petista à investida colonizadora do imperialismo norte-americano. O sindicalismo de colaboração não pode organizar o movimento antiimperialista, que une a maioria explorada em torno da classe operária.

21. A luta antiimperialista coloca em primeiro plano o choque do proletariado com as multinacionais. As medidas mais violentas de demissão em massa, terceirização, redução salarial e eliminação de conquistas trabalhistas são encabeçadas pelo grande capital. Os sindicatos operários mais fortes e que mais podem influir na luta em defesa dos interesses gerais dos explorados são os que se vinculam aos ramos de produção controlados pelas multinacionais e os que estão ligados aos negócios do capital financeiro. É nesses setores dominantes da economia que se pratica a colaboração de classe, ajudando a classe capitalista a administrar seu sistema em crise.

22. A luta pela independência dos sindicatos frente ao Estado implica derrotar a política de colaboração do sindicalismo cutista e forçista. Tarefa essa que exige um esforço gigantesco por constituir uma direção revolucionária. Uma burocracia quando fracassa é substituída por outra, caso a vanguarda militante não consiga organizar uma poderosa fração no movimento sindical.

23. Qualquer conciliação com a burocracia que sustenta um governo dos capitalistas ou pró-capitalista impossibilita a formação de uma nova direção classista. O que define o trabalho voltado a derrotar a política de conciliação de classe é a defesa do programa proletário. Esse tem por fundamento a estratégia da revolução e ditadura proletárias, ou seja, a estratégia da revolução socialista.

24. Não se constituem uma direção revolucionária à burocracia as correntes de esquerda que admitem negociar as demissões, aceitam PDVs e não defendem a estratégia da revolução e ditadura proletárias. São oposições circunstanciais, que amanhã se tornarão novas burocracias colaboracionistas.

25. Para defender o programa operário, é necessário combater, no dia-a-dia, a política e a ação da burocracia, que divide os operários, que alimenta interesses particulares e corporativos em uma parte da classe operária contra outra, que negocia com o patronato formas de demissão, formas de redução dos salários, formas de terceirização e que elimina a democracia das assembleias, das eleições sindicais, dos congressos, das confissões de fábrica etc.

26. As reivindicações mais elementares servem de ponto de partida para desenvolver a luta de classe do proletariado contra o capital. As reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas têm de corresponder à defesa de todos os trabalhadores e não só de uma parte. Não se pode impor conquistas elementares à burguesia e nem conservá-las se estas não fizerem parte de um programa que une as reivindicações antiimperialistas com a tarefa de expropriação socialista da grande propriedade dos meios de produção.

Nesta edição:

- As massas bolivianas voltarão ao embate contra o regime burguês
- Artigos dos jornais Masas boliviano
- Ataques no Iraque se multiplicam e se espalham pelo Oriente Médio

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



As massas bolivianas voltarão ao embate contra o regime burguês

As massas bolivianas conseguiram com sua mobilização impedir a entrega do gás aos EUA e depor o presidente Sanchez de Losada (Goni). Para isso, tiveram de cercar as principais cidades do país e ocupar a capital, enfrentando uma brutal repressão. Organizaram seus cabildos abertos e outras formas de democracia direta das massas para superar as organizações controladas pela burocracia sindical corporativista, corrupta e conciliadora com a burguesia e o imperialismo. Tiveram de organizar a autodefesa armada para enfrentar a repressão. Foram dois meses de combates até a vitória parcial.

Quando Goni renunciou e fugiu para os EUA, assumiu seu vice, Mesa. As direções dos movimentos camponeses, que constituem a esmagadora maioria do país, deram-lhe então uma trégua de 90 dias. Os mineiros e estudantes, cansados pelas dificuldades das marchas e pela repressão, voltaram às suas cidades. Quem vê de fora pode pensar que tudo voltou à calma e que o Estado apodrecido está a salvo. Mas a tormenta revolucionária, que começou bem antes de setembro, ainda não passou, deu apenas um respiro.

Não será possível a nenhum governo burguês estabelecer um controle sobre a população e a estabilidade do regime político no país, dando continuidade à política pró-imperialista e de miséria da maioria. Não será possível às direções sindicais firmarem acordos que permitam a conciliação de classes e o bloqueio aos movimentos, sob um governo continuísta. As massas voltarão às ruas e se chocarão com as direções conciliadoras, voltando seu ódio de classe contra o regime político.

A trégua entre o governo Mesa e as direções camponesas indígenas expressa a necessidade do regime político burguês de

incorporar as lideranças corrompidas ao Estado. A pretensão da burguesia boliviana é a de que, trazendo as lideranças camponesas para dentro do governo e realizando reformas políticas jurídico-institucionais (constituente), seja possível conter os movimentos camponeses. Essa pretensão está fadada ao fracasso, porque não há margem de manobra para a realização de concessões mínimas dos lados em choque. A burguesia boliviana, manipulada pelos EUA, pretende a liquidação do plantio da folha de coca. Os camponeses dependem do plantio da coca para sobreviver, e não podem fazê-lo de outra maneira. O Estado falido não tem sequer como subsidiar outro tipo de cultura ou de meio de sobrevivência aos camponeses. A exigência ianque de extermínio do plantio da folha de coca colocará os camponeses novamente em pé de guerra com os governos. Desta vez, porém, é provável que esse conflito também os coloque em choque com as lideranças que tentam conciliar com o governo e a burguesia. Isso levará a um confronto mais aberto com o regime político, sem a amenização que as lideranças corrompidas desempenham. Também não será possível ao governo realizar concessões a mineiros, professores, estudantes e pequenos comerciantes. A tendência de um novo choque, desta vez ainda mais violento, está dada.

As saídas buscadas pelo novo governo buscam obter uma maior unidade burguesa para enfrentar os movimentos e a incorporação de parte das lideranças. A possibilidade de realização de novas eleições, agora descartada pelo novo presidente, vinha nesse sentido, e não voltada às massas. Na Bolívia, diferentemente de outros países do continente, as ilusões democráticas das massas foram esgotadas ao longo da história do país. Apenas uma mi-

noría vai às urnas (o voto é obrigatório), e os movimentos rapidamente se levantam diretamente contra o governo, desprezando as instituições democráticas. As novas eleições serviriam para um rearranjo de forças políticas no interior do Estado burguês, abaladas pelo último levante de massas, que cindiu a aliança governamental.

A assembléia constituinte proposta serve para desviar as massas camponesas da luta contra o regime político. A intenção da burguesia é a de se valer da constituinte para incorporar algumas reivindicações políticas das nacionalidades indígenas e permitir que suas lideranças possam participar do regime político. Dessa forma, pretendem dividir os movimentos camponeses e enfraquecê-los, voltando parte deles para a disputa institucional. As organizações e partidos de esquerda que levantam essa mesma bandeira (constituente) estão colaborando com a burguesia para distrair e desviar as massas da luta insurrecional.

A trégua pretendida pelas lideranças camponesas já começa a ser rompida pelos movimentos: as ocupações de terras em larga escala em algumas regiões do país já indicam a retomada das lutas.

Cabe ao POR se lançar à tarefa de se constituir como direção física das massas, desenvolver a política militar do proletariado (cindir as forças de repressão, ganhando grande parte delas para o lado da revolução) e consumir a liquidação revolucionária do regime burguês pela revolução proletária. O governo operário e camponês é o único capaz de dar expressão às necessidades dos mineiros, camponeses, estudantes, professores, e da população empobrecida, romper com a opressão imperialista sobre o país e dar início à revolução socialista no continente.

Bolívia:

A capa do Masas 1877 denuncia a traição à luta popular e anuncia novos combates

Comprovada a traição das quadrilhas de politiqueiros e da burocracia sindical às massas que combateram, traição à montanha de mortos e feridos

Para onde se projetavam as massas?

As massas radicalizadas de camponeses, operários, da classe média, demonstraram com suas ações que buscavam reconquistar a terra que lhes foi usurpada ao longo dos séculos, objetivo que continuam perseguindo todos os dias, ocupar as minas e as empresas nas que são explorados sem piedade. Resumo: as maiorias buscam e continuam buscando acabar com a grande propriedade privada burguesa e com as multinacionais (imperialismo).

As grandes mobilizações foram acompanhadas de cabildos abertos, da democracia direta, das expressões da justiça pelas próprias mãos e do autogoverno, que é prática cotidiana nos ayllus e nas organizações sindicais.

Resumo: AS MASSAS, MANEJANDO A AÇÃO DIRETA, SE ENCAMINHAVAM, APOIADAS NOS ÓRGÃOS DE PODER QUE CRIAVAM NO CALOR DA LUTA, A CRIAREM O GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS, A DITADURA DO PROLETARIADO, PROCESSO QUE CULMINOU CONCRETIZADO NA BANDEIRA QUE DIZIA: "RENÚNCIA IMEDIATA DO GRINGO GONI!"

ESSE PROCESSO LEVAVA EM SUAS ENTRANHAS A LUTA PARA IMPOR O GOVERNO PRÓPRIO DOS OPRIMIDOS e não o de Mesa, lacaio dos gringos.

Em outras palavras: o objetivo central, junto à busca da destruição da grande propriedade privada e sua substituição pela social, consistia na luta pela libertação do país da opressão imperialista, buscando que supere sua lamentável situação de colônia ianque e recupere sua soberania.

É PRECISO DESTACAR QUE A DIREÇÃO VERDADEIRA, QUE ATUAVA COMO FORÇA IMPULSIONADORA DOS COMBATENTES, SE ENCONTRAVA NO SEIO DAS MULTIDÕES, COMO EXPRESSÃO DA TRADIÇÃO, DA LENDA, DA HERANÇA DE LUTAS PASSADAS.

A TRAIÇÃO

A burocracia sindical, as quadrilhas de politiqueiros, consumaram a traição vil. Alteraram o impulso das massas com a submissão aos politiqueiros burgueses. SUSTITUÍRAM GONI POR MESA, AMBOS BURGUESES E MARIONETES DO IMPERIALISMO.

Essa traição desviou, ainda que momentaneamente, as massas de seu verdadeiro objetivo. Por um momento, parece que o povo abaixou a cabeça para aceitar a lei.

BEM DEPRESSA VOLTARÁ A LUTA POR TODA A TERRA E A DESTRUIÇÃO DA GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA, PELA DITADURA PROLETÁRIA.

(extraído do Masas boliviano nº 1877, de 31/10/2003)

No número 1878, o POR denuncia a impossibilidade de resolução dos problemas do país pelo governo burguês de Mesa e a traição das direções que lhe deram aval e estão dispostas a integrarem o governo capitalista.

O povo já comprovou que Mesa e Goni são a mesma m...

Todos os serventes dos gringos são igualmente inimigos do país, dos bolivianos. Devem ser degolados pelos explorados e oprimidos...

O problema do gás

O problema é recuperar o gás para o país das mãos das empresas multinacionais. Os explorados sabem, por experiência, que o imperialismo sobrepõe seus interesses aos interesses nacionais, que não traz nem trabalho nem progresso, pelo contrário, reforça as condições de atraso e miséria nos países atrasados do mundo inteiro, como nos demonstra a cortante realidade mundial.

Não se trata de industrializar o próprio gás e sim de industrializar o país, ou seja, superar o atraso. A industrialização necessita energia e portanto o gás deveria ser preservado como base energética do desenvolvimento nacional....

A burguesia nativa é apenas uma burguesia intermediária, comerciante e totalmente servil ao imperialismo...

Se queremos ser livres e donos de nosso próprio destino, temos de eliminar o poder burguês (propriedade privada dos meios de produção) para nos livrarmos da opressão imperialista e encarar o desenvolvimento nacional sob a forma de propriedade social.

(da Universidade Aberta)

Será que Mesa é garantia para as grandes maiorias?

(de "Poder Estudantil", Universidade de Sucre).

A imponente mobilização dos explorados (operários, camponeses etc.) expulsou do governo o assassino Goni para que

esses estruturassem seu próprio governo e não que se lhes imponha outro governo que NÃO tardou em se dobrar diante da embaixada norte-americana.

Por mais que Carlos Mesa realize mudanças no governo, este não poderá resolver as tarefas pendentes da burguesia.

Os operários e os camponeses se encaminhavam para a tomada do poder e não por trás do pro-burguês Evo nem de Mallku.

Os operários (mineiros) e os camponeses armados conseguiram expulsar do país o assassino de turno (Gonzalo Sanchez de Lozada) mas eles queriam estruturar um governo próprio das maiorias empobrecidas, um governo de operários e camponeses.

Momentaneamente as massas mobilizadas retrocederam mas voltarão ao campo de batalha e desta vez será até impor sua vontade, estruturar um país socialista.

O gás, os recursos naturais, devem passar à ditadura do proletariado

O governo de Mesa é criatura do imperialismo ianque

O povo, especialmente o campesinato, tiraram e espantaram o então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, todavia ficou a quadrilha de pilantras: Jaime Paz Zamora, Quiroga e outros, que igualmente embolsaram toneladas de dinheiro, enganando, explorando, enrolando e ajustando os cintos dos sete milhões de bolivianos.

O povo escreveu as páginas da história com heroísmo, dobrou as forças obscuras que se opunham ao progresso. O lamentável foi que o poder governamental foi entregue em

bandeja de ouro, com mais um ramalhete de flores a outro representante da oligarquia e criatura do imperialismo norte-americano, que isso o que é Carlos Mesa, para quem caiu do céu a presidência e se aproveitou de maneira gratuita das massas raivosas do altiplano, de El Alto, das minas e caminhos.

O desenlace do 17 de outubro de nenhuma maneira foi favorável para as maiorias despossuídas de bolivianos, ainda que elas esperassem e ainda esperam algum pão para levar a seus lares, a suas famílias.

É deplorável que o movimento social tenha sido enganado pelos oportunistas da Central Operária Boliviana e os demagogos do M.A.S., os quais estão agora imersos no governo entregue às multinacionais e ao imperialismo, diante de quem o senhor Mesa se encolhe e se põe a gemer.

O povo, como tal, vai se libertar por si mesmo, somente assim vai a sair da pobreza extrema, poderá desfrutar dos recursos naturais e da justiça social.

Evo, o Mallku e o governo mal chamado apolítico são inimigos dos pobres.

Os inimigos do povo são os abelhudos do parlamento, os burocratas da Central Obrera Boliviana, da Central Obrera Regional de El Alto, os magistrados etc., todos esses malvados fizeram o povo acreditar dizendo que o gás é o principal provedor de fontes de trabalho, com esse argumento manejaram as massas para continuar roubando e desenganando-as para sempre. O gás e outros recursos serão benéficos para todos quando construirmos a sociedade comunista. Por enquanto beneficiará os ratões do governo. Não se deixar enganar por dirigentes contra-revolucionários, é preciso varrê-los um por um.

(extraído do Masas boliviano nº 1878, de 7/11/2003)

Ataques no Iraque se multiplicam e se espalham pelo Oriente Médio

A resistência contra a ocupação militar dos EUA sobre o Iraque tem intensificado seus ataques e tem crescido a mobilização popular. Os grupos de resistência utilizam o método do homem-bomba para realizar baixas entre os soldados ianques e seus aliados. As massas têm saído às ruas para exigir a saída dos ocupantes de seu país, e têm sido reprimidas.

O crescimento do número de soldados ianques mortos (se aproxima de 500) também aumenta as pressões e mobilizações internas nos EUA e, mais recentemente, na Inglaterra, onde mais de 100 mil saíram às ruas para protestar contra a visita do presidente Bush ao país e para exigir a retirada da ocupação.

Os ataques realizados na Turquia mostram a possibilidade de que o conflito ao redor da ocupação se espalhe por toda a região. No entanto, a ocupação militar ainda não levou às ruas as massas dos países vizinhos. Esse é o maior temor do imperialismo.

O governo Bush e seu aliado inglês

Tony Blair garantiram que não vão retirar as tropas do Iraque sob a pressão dos ataques da resistência. Mas já estão falando em como fazer com que o governo no Iraque seja assumido por iraquianos fiéis ao imperialismo, condição para a retirada das tropas de ocupação.

O imperialismo se encontra numa situação difícil. Não pode realizar uma retirada imediata porque seria a derrota política e militar para a resistência iraquiana, e isso teria repercussão mundial. Afetaria diretamente os planos de intervenção em outros países, estimulando a resistência. Também não pode manter a ocupação indefinidamente, diante das baixas e das pressões das massas nativas e do crescimento dos protestos nos seus próprios países. A eleição presidencial norte-americana se aproxima e a guerra já ocupa papel de destaque na disputa pela Casa Branca, o que tende a se acentuar.

A chave da situação está com as massas da região do Iraque ocupado e dos trabalhadores dos países imperialistas. A expulsão

são das tropas invasoras do Iraque tem de ser uma bandeira de massa na região. A resistência tem de se concretizar no armamento da população para torná-la capaz de fazer sua autodeterminação, varrendo as burguesias submissas ao imperialismo. As massas dos países imperialistas, em particular a classe operária, têm de se mobilizar para inviabilizar materialmente e politicamente a ocupação. As greves nas fábricas de armamentos, bloqueios de ferrovias, portos e aeroportos, as manifestações de rua etc. são o meio de barrar a ocupação.

A defesa da autodeterminação se concretiza na retirada das tropas de ocupação dos EUA do Iraque. A luta antiimperialista tem de se traduzir em cada país no combate às imposições de Washington sobre as nações. No Brasil, cabe levantar a luta antiimperialista a partir das reivindicações mais sentidas, ligando-as com as de não pagamento da dívida e ruptura com o imperialismo.